



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS

Curso de Bacharelado em Direito / Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

LARA OBINO ABREU MARTINS RIBEIRO

**OS PADRÕES RACIAIS NOS ESTUDOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO
BRASIL: uma análise da produção de conhecimento nas revistas RBPI e Contexto
Internacional, 2012-2022.**

**BRASÍLIA
2022**

LARA OBINO ABREU MARTINS RIBEIRO

**OS PADRÕES RACIAIS NOS ESTUDOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO
BRASIL: uma análise da produção de conhecimento nas revistas RBPI e Contexto
Internacional, 2012-2022.**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito/Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Luciano da Rosa Munoz

**BRASÍLIA
2022**

LARA OBINO ABREU MARTINS RIBEIRO

**OS PADRÕES RACIAIS NOS ESTUDOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO
BRASIL: uma análise da produção de conhecimento nas revistas RBPI e Contexto
Internacional, no século 2012-2022.**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito/Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Luciano da Rosa Munoz

BRASÍLIA, XX NOVEMBRO, 2022

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

AGRADECIMENTOS

Acredito que aqui seja o lugar em que eu possa colocar o meu lado pessoal em evidência, enfatizando assim a importância desse artigo para mim e para as pessoas que estão comigo e me ajudaram nessa jornada cansativa, porém totalmente compensatória. Nada aqui foi escrito em vão ou simplesmente por puro academicismo, a escolha desse tema carrega uma história de luta por igualdade daqueles que estão do meu lado, em que diariamente o racismo e o preconceito encontram espaço no cotidiano da vida dos nossos para causar mais dor naqueles que já sofreram demais.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer a minha família por sempre me apoiar e me dar forças para seguir meus sonhos, não importam quais sejam. Porém esse trabalho de conclusão de curso é especificamente para minha mãe, que até então não entende direito o peso da sua história e quem ela é para mim. Uma mulher preta e guerreira, ela como mãe me apoiou do começo ao fim quando decidi abordar um tema sobre racismo, me ajudou e sempre vinha com diversas ideias do que poderia ser feito para tornar esse trabalho cada vez melhor, sem ela não estaria aqui e sem a criação dela com certeza não seria essa pessoa. Sendo assim, obrigada mãe por ser quem você é e mesmo que você ainda não perceba, eu sempre vou te falar: você é sim uma mulher preta forte, guerreira e acima de tudo e antes disso você é amor mãe. Obrigada por me apoiar e me ajudar a concluir essa jornada, você inspira.

Em segundo lugar, não teria como não agradecer meu namorado graduando em Ciências Sociais na UnB, com ele eu consegui expandir meu olhar crítico acerca do tema e tive incentivo suficiente para não desistir de fazer essa pesquisa sobre a questão racial. Obrigada imensamente Caio pela sua dedicação e comprometimento em me ajudar e incentivar da forma que você fez em algo que nem era seu, mas você fez como se fosse, acredito que isso seja amor. E acima de tudo obrigada por me entender como só a gente se entende, juntos somos mais fortes.

Em terceiro lugar, eu queria agradecer toda a paciência e comprometimento que meu professor-orientador Luciano da Rosa Munoz teve em me guiar nessa jornada, sem você professor eu não teria chegado nem perto da execução deste trabalho. Obrigada por seu olhar sincero e cuidadoso em relação a esse tema, são professores assim como você que serão lembrados para sempre. Não teria como deixar de agradecer ao professor Frederico Seixas em que eu sou monitora das matérias dele, sem ele esse tema não teria nem se tornado realidade, obrigada por ter sido o pontapé inicial para a produção deste artigo. E por fim um agradecimento a todos os professores que estavam presentes, mesmo que indiretamente nessa reta final em especial a professora Fernanda Luiza que foi a primeira da instituição que trouxe para o debate de RI como ponto central a questão racial por meio do feminismo negro na aula de Gênero nas Relações Internacionais no último semestre do meu curso.

Não poderia deixar de agradecer - citarei algumas somente, não tem como falar de todos, infelizmente - as minhas referências e inspirações que me deram força para usar minha voz dentro da academia para lembrar dos nossos. Então um agradecimento especial a Abdias Nascimento que com seu livro Quilombismo expandiu meu conhecimento e meu pertencimento a negritude, assim também como Marielle Franco e Orlando Silva, vozes pretas que ecoam e sempre vão lembrar da importância e da força de termos representantes pretos e conscientes na política e na produção intelectual acadêmica. E por fim queria agradecer a Gustavo Pereira, com as músicas dele e com a força, ele se fez Djonga e ele fez milhares de pretos e pretas se orgulharem de quem são e me fez saber quem eu sou em cada verso das suas músicas.

RESUMO

Desde a época da colonização o Brasil continua preso em uma narrativa racial, onde o “eu” brasileiro não se vê e não se analisa como propagador de padrões raciais. É nesse contexto que é posta a prova se a academia brasileira de Relações Internacionais continua com o mesmo padrão de pensamento de um país colonizado. A fim de perceber a existência de padrões raciais, foram escolhidas duas das maiores revistas brasileiras de Relações Internacionais, a RBPI e a Contexto Internacional. Isso nos leva a uma problemática: até que ponto as renomadas revistas brasileiras se preocupam com a questão racial em suas publicações? É necessário que a academia internacionalista brasileira tenha respaldo e autonomia em assuntos que tratem sobre a questão racial no contexto social e acadêmico, afinal é nesse meio em que o racismo e suas diversas mazelas continuam reverberando até os dias atuais.

Palavras-chave: colonização; epistemicídio; questão racial; racismo; campo acadêmico.

ABSTRACT

Since the time of colonization, Brazil remains trapped in a racial narrative, where the Brazilian “I” does not see itself and is not analyzed as a propagator of racial patterns. It is in this context that it is put to the test whether the Brazilian academy of International Relations continues with the same pattern of thinking of a colonized country. In order to perceive the existence of racial patterns, two of the largest Brazilian journals of International Relations, RBPI and Contexto Internacional, were chosen. This leads us to a problem: to what extent are renowned Brazilian magazines concerned with the racial issue in their publications? It is necessary that the Brazilian internationalist academy has support and autonomy in matters that deal with the racial issue in the social and academic context, after all, it is in this environment in which racism and its various ills continue to reverberate to the present day.

Keywords: colonization; epistemicide; racial issue; racism; academic field.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. HISTÓRIA RACIAL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	7
2. A COLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO ACADÊMICO BRASILEIRO	12
3. RBPI E CONTEXTO INTERNACIONAL: A QUESTÃO RACIAL NO MEIO ACADÊMICO	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25

INTRODUÇÃO

É evidente que questões sociais cada vez mais tornam-se importantes no cotidiano da sociedade e que assuntos ligados a essa temática precisam ser abordados com frequência a fim de superar as dificuldades que os grupos marginalizados por essas questões enfrentam. Dito isso, torna-se imprescindível compreender que para que isso aconteça de uma forma abrangente é necessário pautar essas questões não somente na sociedade civil, mas no escopo acadêmico, onde são formuladas ideias e compreensões da realidade.

Diante disso, se faz necessária uma análise sistemática da influência que processos históricos, como a colonização e a escravidão, têm até hoje nas produções acadêmicas brasileiras, e em específico das Relações Internacionais. A fim de entender a possível influência direta que esses acontecimentos têm na produção do pensamento acadêmico brasileiro foi feita uma análise da produção acadêmica, mais especificamente em duas revistas brasileiras de Relações Internacionais, RBPI e Contexto Internacional, com o objetivo de analisar se estas abordam de forma expressiva um dos assuntos mais pertinentes no mundo e principalmente em um país fruto de um epistemicídio como o Brasil.

A fim de analisar categoricamente essa questão foi realizada uma pesquisa quantitativa e uma qualitativa de publicações feitas entre os anos de 2012 e 2022 nas duas revistas citadas anteriormente, com o intuito de evidenciar uma possível carência acadêmica ligada à questão racial. A principal motivação pela escolha do espaço de tempo é pelo fato de que a partir da década de 2010, questões sociais, principalmente o racismo, já foram suficientemente expostas tanto socialmente quanto academicamente em campos pioneiros como as Ciências Sociais: não existe respaldo para um epistemicídio acadêmico em relação a temática racial, principalmente vindo de grandes revistas como a RBPI e a Contexto Internacional.

Para trazer robustez a esse tema é necessário que ao longo da pesquisa traga-se uma bagagem histórica tanto mundial quanto nacional da questão racial no meio sociopolítico e acadêmico. Dito isso, na primeira sessão o foco será voltado para a contextualização histórica do que fez nós chegarmos ao lugar em que estamos hoje. Adentrando mais a fundo na questão, se faz necessário entender que o processo de colonização e escravidão influenciou diretamente o pensamento social brasileiro.

Sendo assim, na segunda sessão é lançado um desafio de associar o pensamento social brasileiro, que foi baseado desde seu princípio em uma valorização estrangeira de conhecimento, com questões raciais e escravocratas, a produção de conhecimento no campo

acadêmico em geral, com foco no campo das Relações Internacionais. É posto em questão também a utilização do academicismo, por parte da política brasileira como forma de respaldo e legitimação de comportamentos pautados em uma lógica racista.

Dado esse respaldo para a compreensão da problematização desse tema, na seção três é feita uma análise a fundo no campo das RI no Brasil, buscando dados primeiramente quantitativos e posteriormente qualitativos a respeito das produções acadêmicas publicadas em duas das maiores revistas brasileiras de Relações Internacionais, a RBPI e a Contexto Internacional.

1 HISTÓRIA RACIAL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais se tornaram de fato um campo acadêmico após o final da Primeira Guerra Mundial. Naquele momento os principais atores que dividiam a atenção no cenário internacional eram as grandes potências europeias, como: França, Inglaterra, Itália e Alemanha. Era de se esperar que a efetivação das RI como disciplina e como a produção de conhecimento, iria partir desses principais países supracitados ou daqueles que o cercavam, sendo assim, a disciplina tornou-se formalmente acadêmica em 1919.

Entretanto, sequelas iriam surgir posteriormente devido a principal produção de conteúdos provir, em sua maioria, de países eurocêntricos com mentalidades colonizadoras e díspares da realidade de diversos outros atores que compõem o cenário internacional. Antes mesmo de adentrar no campo acadêmico aqui escolhido para análise, as Relações Internacionais, faz-se imprescindível entender a história que marcou a disparidade evidenciada na pesquisa.

Ao olhar a descoberta do Novo Mundo, é evidente a marca histórica latente até os dias de hoje nos pensamentos sociais e acadêmicos. A diversidade humana é vista como algo segregatório ou até mesmo uma aberração, sendo necessário uma figura do homem civilizado para “domar” a figura do “homem selvagem” ou do “homem bom ingênuo” devido sua selvageria, que no caso seriam índios, negros e todos os povos que são oprimidos pela incansável Europa escravocrata e colonizadora do século XV (LAPLANTINE, 1988). É emblemático citar esse fato histórico, já que ele permeia uma discussão que atravessa as fronteiras brasileiras e essa hierarquização racial está presente em todos os povos que foram subjugados pelas potências europeias. O resultado disso leva não somente ao apagamento em massa de diversos povos, mas também ao silenciamento visto até os dias atuais.

A hierarquização racial, que se dá presente por exemplo no colonialismo, foi um dos elementos chaves para criar a estrutura de poder, de conhecimento e do ser. Essa estrutura é racializada, a qual a branquitude detém a maior parte. Não somente inferiorizada na academia, a hierarquização das raças teve como início a questão fenotípica, pois em tempos de colonização e escravidão, sociedades europeias, majoritariamente brancas, definiam superioridade e inferioridade por uma questão de cor de pele. (BALLESTRINI, 2013)

Sendo assim, antes mesmo de evidenciar a hierarquização racial nas Relações Internacionais é imprescindível ter um olhar atento para as relações sociais que cercaram esse meio. A forma em que foi construída uma ligação entre o homem branco colonizador e o colonizado demarcou uma questão fundamental para a economia e política mundial, levando a aceitação de uma cultura exploratória territorial e cultural. Esse meio criou a estrutura capitalista que até hoje é conhecida, onde o valor econômico passa adiante de questões ligadas ao ser, levando por exemplo, na época das Grandes Navegações, a uma conduta baseada na exploração do trabalho, que gira em torno do capital, ligado diretamente a raça onde encontra-se a dominância europeia acima dos demais que fogem da branquitude tão reverenciada na Europa.

A colonialidade do poder tem seu ponto de início nessa problemática em que ocorre uma classificação racial, ou melhor, uma segregação racial, onde o privilégio do trabalho pago era apenas dos brancos, colocando os colonizados em uma situação escravocrata onde não somente seu trabalho era inferiorizado, mas sua raça, cultura e história também.

Um novo padrão de poder foi instaurado, onde a raça diferencia as identidades sociais. Esse processo legitimou a colonização e dominação europeia de diversos povos, inclusive da América Latina onde encontra-se o Brasil. Para criar esse novo padrão foi necessário a destruição do Outro, criando um padrão em que diferenças raciais são a base para serem criadas hierarquias sociais, sendo esse o critério para a distribuição de poder e conhecimento na sociedade. Ou seja, a raça se tornou um instrumento para a classificação social. Essa posição de dominante e dominado e esse “novo” padrão leva à criação de uma estrutura de poder que perpassa a colonização. A questão racial continua presente até os dias atuais e a colonialidade do poder é a força motriz para a reverberação de uma estrutura racista no cenário internacional sócio-político e acadêmico. (QUIJANO, 2005)

Segundo Walter D. Mignolo, um dos expoentes do pensamento decolonial latino americano, a colonialidade é dividida em quatro instâncias da experiência humana: em primeiro, encontra-se o aspecto econômico ligado a apropriação de terra, exploração de mão de obra e controle de finanças; em segundo, o político voltado para o controle da autoridade; em

seguida, o social que abarca a questão de gênero e sexualidade; e por fim, o epistêmico e subjetivo que é definido como o controle do conhecimento e da subjetividade. (MIGNOLO, 2007)

Essa última instância é relevante para entender o campo acadêmico das Relações Internacionais e a forma como a colonização levou a colonialidade, já que entende-se, segundo Quijano, a colonialidade como fruto do racismo e com raízes vistas até hoje não sendo algo pontual mas que perpassa gerações. Esse conceito foi introduzido no final dos anos de 1980 e exemplifica a ideia de como o eurocentrismo operou e introduziu a colonialidade do poder e do saber até os dias atuais.

Dessa forma, o eurocentrismo é instaurado à força e o racismo é utilizado como ferramenta sistemática pelos europeus para silenciar e marginalizar conhecimentos, línguas e povos e para justificar a exploração de mão de obra e terra (MIGNOLO, 2007). A forma eurocêntrica de analisar o mundo levou a criação de uma mentalidade baseada na superioridade europeia acerca dos demais povos. A Europa então é vista com uma nação evoluída na frente dos demais, o que leva a uma questão central: o dualismo radical europeu baseado no cristianismo, onde o corpo é separado da alma e ela é responsável pela produção do conhecimento que os povos não europeus não tinham, afinal sua religião e raça eram inferiores ou até inexistentes, sendo incapazes de produzir conhecimento (LANDER, 2005).

Esse fato levou a deslegitimação de muitas formas de conhecimento, com base na lógica de que qualquer experiência não ocidental e distante do pensamento europeu são “o nada, o bárbaro e o sem-sentido” (DUSSEL, 1986, p. 11). Essa forma eurocêntrica aponta para o mundo uma tendência enviesada do conhecimento, o branco torna-se peça central na produção e dissipação da razão, cultura e religião.

Esse marco histórico coloca em voga a naturalização do pensamento branco europeu que é fundado no poder impositivo da ordem colonial, criando então a figura do homem branco como um ideal muito claro: um ser branco, proprietário, cristão e cisheteropatriarcal (DERRIDA, 1991). A dominância europeia leva a consequências até hoje vistas, na qual identidades próprias e singularidades históricas são extintas, constituindo um novo padrão cultural em nome da incansável exploração em busca de capital. Isso torna os processos de produção de conhecimento um exemplo claro de como as estruturas racializadas estão presentes na produção de paradigmas hegemônicos, monoculturais e ocidentalizados. Como consequência disso, é vista uma naturalização acadêmica da exclusividade do pensamento ocidental e subalternação dos não ocidentais (REIS, 2022).

Essa estrutura é central para explicar o racismo nas Relações Internacionais, que pode ser visto, por exemplo, em teorias predominantes no meio, como as Realistas, Construtivistas e Liberais. A construção dos negros em um patamar inferior aos brancos, que eram postos como superiores, deu o poder da branquitude de sistematizar, silenciar e monopolizar assuntos sociais. Esse fato promove continuamente a manutenção dos privilégios brancos, que se expandem para todas as áreas do conhecimento e práticas. (HENDERSON, 2013)

Em 1915, alguns anos antes do campo de Relações Internacionais ser formalmente acadêmico e as problemáticas citadas anteriormente tornarem-se latentes, Du Bois em seu artigo *'The African roots of war'* já previa como seria o campo de estudo das RI. Ao notar que na política internacional o autor sinaliza a existência de uma hierarquia racial, onde os Estados predominantemente brancos dominavam os demais que não seguissem a mesma raça, religião ou formação social, apontou que as relações internacionais daquele período eram na realidade 'relações inter raciais'. (DU BOIS, 1915 *apud* HENDERSON, 2013)

Essa manobra teve como consequência a construção de um cenário mais favorável para a validação e valorização de potências europeias e depois norte americanas no sistema internacional. Isso afeta diretamente a fundação de uma disciplina que é pautada na construção de relações de poder na política internacional, o que leva a uma hierarquização racial.

A dinâmica internacional apontada por Du Bois reflete até os dias atuais. A estudiosa Ania Loomba (1998) retrata essa realidade de forma pontual ao afirmar a existência de padrões coloniais na contemporaneidade, por meio das relações discrepantes dos países no cenário internacional e disposição hierárquica e segregatória entre "Primeiro" e "Terceiro" mundo, ou até mesmo a facilidade de alianças e relações entre sul-sul e norte-norte.

Ao evidenciar isso de maneira mais pertinente, é possível perceber que as relações internacionais possuem padrões ocidentalizados, reproduzindo assim modelos institucionais e discursivos. Essa forma de enxergar as relações entre países acentua a perspectiva retratada por Loomba, e a disparidade resulta em uma visão ligada ao "Norte", ou países de "Primeiro Mundo" como aqueles detentores do desenvolvimento e o "Sul", ou países de "Terceiro Mundo" como subalternos, dando assim dominância do poder e do saber para o primeiro supracitado. (ABRAHAMSEN, 2007; QUIJANO, 2005)

Essa lógica citada anteriormente, continua reverberando também no campo acadêmico das RI, uma vez que as principais leituras que são credibilizadas e utilizadas no campo provém de autores, em sua grande maioria homens brancos, europeus e estadunidenses. A consequência disso ao decorrer da história foi catastrófica, afinal, ao longo desse período foi dada

credibilidade e foram racionalizados comportamentos estatais imperialistas, escravatórios e colonizatórios. (HENDERSON, 2013)

O reflexo dessa questão repercute até hoje no campo acadêmico em específico. Autores e pensadores de outros países são marginalizados, principalmente os que sofreram as chagas da colonização e do genocídio por potências europeias, assim como os países que produzem esses conteúdos acadêmicos. De acordo com a professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPel, Luciana Ballestrin (2013), as relações de colonizador e colonizado não acabaram com o fim desse período e são perpetuadas até então. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos deu um nome a esse acontecimento, chamando-o de epistemicídio: o silenciamento de conhecimentos e saberes provenientes de povos colonizados e marginalizados (SANTOS, 2010).

A consequência dessa hierarquização, por exemplo, é a interferência direta na construção das ciências sociais no campo acadêmico do Brasil, o que torna como um dos maiores desafios o desprendimento das estruturas de poder citadas anteriormente. (BALLESTRIN, 2013)

Quanto ao meio acadêmico das Relações Internacionais, é de suma importância reconhecer que a disciplina omite o quanto o colonialismo, a escravidão e o racismo fazem parte da sua fundação (KRISHNA, 2001; JONES, 2006). Fato que é analisado de forma quantitativa por Tickner e Waever (2009), em que as revistas mais relevantes das Relações Internacionais possuem em sua grande maioria textos americanos e britânicos. Poucos são aqueles que são pautados em questões sociais, o que exemplifica significativamente o que está sendo debatido, pois são nações dominantes no cenário internacional que pautam o que vai ser relevante.

Ao examinar mais especificamente, os estadunidenses exercem uma hegemonia em que suas revistas são uma das mais credibilizadas, e dentro dessas revistas, se encontram majoritariamente artigos feitos por norte-americanos. Nos anos de 1970, 1975, 1985 e 2000 os estadunidenses representavam mais de 90% desses artigos. A única discrepância maior é em 1980, quando representam menos de 80% (TICKNER; WAEVER, 2009). Ao analisar o que foi apontado, percebe-se um padrão no que se refere às RI, em que os estadunidenses são dominantes, afinal, seus estudos são vistos como mais relevantes. Quando focamos nessa questão, no contexto não somente brasileiro, mas de toda América Latina, é perceptível a influência estadunidense tanto na política como na cultura, na economia e no pensamento acadêmico no campo das RI (TICKNER, 2003).

Há uma problemática nessa questão, pois de acordo com a afirmação de Tickner e Waever, o campo estadunidense preza por um rigor metodológico, racional e quantitativo (TICKNER; WAEVER, 2009). Os principais temas relacionados a questões raciais são vistos como um “tabu” pelos mesmos, não apresentando um rigor intelectual, nem sendo visto como teórico (KRISHNA, 2001). Com isso, nota-se um silenciamento quanto à temática racial no campo das RI (PERSAUD; WALKER, 2001). É de se esperar uma tendência de outros países a seguir as metodologias e premissas difundidas pela academia dos EUA, visto que são um dos maiores centros acadêmicos do campo e seguem o pensamento do silenciamento da temática racial. Esse fato pode ser visto nas produções brasileiras relacionadas a estudos acerca da questão racial em seu próprio campo.

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2010) exemplifica essa narrativa apontando que a falta de importância em assuntos ligados à questão racial provém previamente de um epistemicídio. Sendo assim, assuntos como esse nunca foram colocados em pauta, já que nem sequer anteriormente eram abordados, nem de forma doméstica por agentes do cenário internacional, pois aqueles que sofriam dessas questões eram silenciados.

Uma das ferramentas que tem maior poder é a fala, de acordo com Fanon (2008), ela é uma forma de um indivíduo existir para o outro. Nas Relações Internacionais ocorreram apagamentos, distorções e omissões de acontecimentos de diversos grupos marginalizados como os indígenas, as mulheres e os negros. Essa opressão sistemática é reproduzida até hoje, como afirma Ballestrin (2013), levando ao desempoderamento intelectual e sociopolítico desses grupos (KILOMBA, 2020).

Essa problemática pressuposta leva a exemplificação previsível apontada por Henderson (2007, 2013), onde o campo acadêmico das RI é uma reação “perfeita” das relações sociopolíticas do cenário internacional. Partindo desse princípio, já é entendido que a política internacional é vocacionada ao estudo do poder. Entretanto, mesmo sendo evidente que questões de raça são meramente questões de poder e que elas estão intrínsecas no sistema-mundo colonial moderno (QUIJANO, 2005), era esperado que fosse um tópico em voga tanto academicamente quanto no “cotidiano de cenário internacional”, o que não ocorre.

2 A COLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO ACADÊMICO BRASILEIRO

Ao analisar o contexto histórico de uma perspectiva macro, torna-se claro a influência significativa do racismo e da colonização na formação da sociedade mundial, logo também no

que se refere o ponto focal desta pesquisa: no pensamento acadêmico internacionalista e também de todas as ciências sociais. É necessário analisar essa questão por uma perspectiva micro, voltando o olhar crítico para o Brasil e seus processos históricos no meio acadêmico.

O ano era 1822 e o Brasil tinha acabado de declarar sua independência política. Esse fato histórico que está presente no imaginário social, convoca para uma figura até um tanto caricata de uma brasilidade, um patriotismo e um senso de justiça nunca antes visto por uma nação. Uma história escrita por aqueles que com a mesma mão carregam em sua herança a colonização e a escravidão de um povo que até então era livre. Nesse contexto é criado o Brasil, ou melhor, é necessário que o Brasil com z seja criado para ser aceito e visto como um player no cenário internacional. Era preciso que o país fosse como os outros. O país estava em completo êxtase e era necessário que o imaginário de um Estado fosse criado rapidamente.

O processo de emancipação política do Brasil ocorreu um tanto quanto diferente desse imaginário social criado. O liberalismo que toma frente do projeto de independência tinha em primeiro momento a intenção de liquidar os laços coloniais e os monopólios que essa relação demandava, entretanto não tinha nenhum interesse em mudar a estrutura hierárquica da sociedade (COSTA, 1981). Não se enxergava um nacionalismo ou uma modificação na ordem social e econômica do país, que é o costume quando uma nação clama por sua independência. Mas sim uma luta contra os monopólios, uma razão nada distante da ideia de ganho de capital e somente isso. Entretanto, ao mesmo tempo, grupos escravizados tinham uma perspectiva diferente do que seria a independência do Brasil, levando para a possibilidade de uma igualdade econômica e social, eles ansiavam pela liberdade.

A grande questão aqui é que o processo de independência do Brasil não foi liderado pelos grupos escravizados e marginalizados no país colonial, mas sim pela “elite brasileira” com fortes laços econômicos e políticos com a Europa. Dito isso, é de se esperar a preservação da ordem colonizadora estabelecida e a repetição de padrões escravistas no cotidiano do novo Estado brasileiro, a qual tão pouco importa a população, mas sim os interesses da burguesia em consonância com a Europa. Resultando em um acordo entre as elites provinciais do Brasil e a Coroa inglesa, o domínio colonial português mudou para uma relação de forte dependência e subordinação britânica, preservando a escravidão e o latifúndio. (COSTA, 1981)

Segundo José Murilo de Carvalho (1996), um grande cientista político e historiador brasileiro, todo esse processo de independência do Brasil leva a ideia de um movimento socialmente conservador, onde a cidadania no Brasil foi construída de cima para baixo. E nesse desprendimento de um país luso-brasileiro para uma nação independente que o academicismo entra de maneira decisiva para reafirmar as ligações políticas e ideológicas europeias. A elite

brasileira que toma frente nesse processo de emancipação política tem suas raízes na história portuguesa, onde “uma carta de bacharel valia quase tanto como uma carta de recomendação nas pretensões a altos cargos públicos” (HOLANDA, 1968, p. 157).

Em consequência de uma baixa participação social devido a repressão sistemática que um país colonizado mantém, os bacharéis em Direito pela Universidade de Coimbra tomam frente de forma homogênea, tanto ideológica quanto acadêmica no processo de independência brasileira, refletindo em um Brasil elitista, racista e exclusivo ao ensino superior. (CARVALHO, 1996)

Nesse contexto, em 1838 é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB. O academicismo e sua intelectualidade são usados então como ferramenta para a produção de uma narrativa histórica, que tinha como finalidade engrandecer o passado do povo brasileiro para que assim no presente e no futuro da nação as suas ações fossem condizentes com uma narrativa histórica que transmitisse o patriotismo, a esperança e a riqueza, tal qual a representação das cores da bandeira do Brasil. Sendo assim, a pretensão naquela época segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2019), era criar uma história “europeia em seu argumento, imperial na justificativa e centralizada em torno dos eventos que ocorreram no Rio de Janeiro”.

Uma competição é criada e como uma espécie de redação para um vestibular, a melhor narrativa é escolhida para ser reverberada como uma história inventada, uma visão aquém da sociedade e uma narrativa um tanto quanto problemática. A então famosa “democracia racial” tem seu destaque e os fundamentos defendidos por Karl von Martius são aceitos. Essa concepção reflete de certa forma um desprendimento da realidade, onde as três raças humanas definidas por ele (brancos, negros e índios) viviam em perfeita harmonia. Em sua analogia, Martius liga cada raça a um rio que estão separados, mas correm juntos harmoniosamente, criando a ideia de um Brasil plural e acima de tudo democrático. Ao analisar essa analogia de perto é curioso perceber que mesmo na tentativa de mostrar uma harmonia e igualdade entre raças, ao diferenciar cada rio existe uma certa discrepância conceitual, onde o “rio dos brancos” têm uma riqueza de detalhes e grandiosidade e os demais deixam a desejar. (SCHWARCZ, 2019)

A problemática dessa abordagem já está escancarada por si só para aqueles que tem um olhar minimamente crítico. Entretanto, faz-se necessário adentrar nessa questão a ponto de entender que ao criar uma narrativa baseada em uma harmonia entre as raças, em um país que teve em sua história basicamente dilacerada pelo colonialismo e a escravidão, põem a prova um conceito já abordado anteriormente, o epistemicídio (BOAVENTURA, 2010). A

sistematização do silenciamento e a criação de uma narrativa aquém da realidade, essa que até hoje é validada, cria um imaginário do Brasil capaz de mascarar o racismo e suas questões, tornando quase impossível o diálogo e a resolução das problemáticas da questão racial.

A máquina brasileira de produção artificial de narrativas históricas era incansável, assim como as raízes conservadoras de uma nação que foi colonizada por um país europeu. Não obstante, a criação da área acadêmica no Brasil estava em sintonia direta com os pensamentos europeus conservadores daquela época, visto que as primeiras faculdades criadas eram de Direito. O bacharelismo naquele momento era a chave crucial para a criação de um novo Estado e líderes governamentais precisavam ser criados, assim formando uma espécie de elite local. (JATOBÁ, 2013)

As faculdades não tinham o papel de educar como uma ferramenta civilizatória para a inserção social e melhoria da sociedade, mas sim tinha como objetivo ser uma ferramenta estratégia para a construção de um Estado moderno em consonância com os países europeus, era mais uma vez necessário copiá-los em seus mais simplórios detalhes. O Brasil não era do povo, ele continuava sendo da monarquia.

Essa forma de utilização da ciência como forma de instrumento retórico viabilizou a criação de uma política de reconstrução estatal, entretanto ao mesmo tempo criava uma peculiaridade até então não vista em outros países quando tratava-se do racismo. O sociólogo Florestan Fernandes conseguiu retratar piamente a concepção brasileira de negar o “eu”, criando então um preconceito contra o preconceito (SCHWARCZ, 2019). Para o Brasil vender sua imagem era necessário primeiramente negar suas origens e as consequências que elas levaram até então, e a “democracia racial” é um exemplo claro disso. É criada então a famosa expressão difundida por Lélia Gonzalez (1988), “o racismo à brasileira”, a negação do eu como agente causador de uma das maiores agressões contra um indivíduo.

O impacto dessa escolha “estratégica” pode ser mensurado de diversas formas, e o escolhido aqui é o acadêmico, evidenciando que uma escolha feita há mais de 100 anos ainda impacta na contemporaneidade. A auto reflexão do campo acadêmico das Relações Internacionais no Brasil quando trata-se da questão racial é preocupante, e as raízes dessa questão são vistas no começo da história do campo, todas respaldadas pela narrativa histórica supracitada de um país “democraticamente racial e progressista” em todos os âmbitos, o quintal da Europa.

Os anos dourados chegam e com ele a imagem cristalizada dos Estados Unidos torna-se cada vez mais evidente. O modelo de Estado e sociedade a ser seguido vai se fortalecendo, criando uma imagem de uma civilização evoluída frente às tecnologias de comunicação e bem-

estar social, e era necessário vender essa imagem para o resto do mundo, afinal, nesse momento, a Guerra Fria baseava-se em um discurso de melhor imagem e poder de convencimento político para ter seus aliados e parar a máquina hegemônica, que podia ser os Estados Unidos ou a União Soviética. Nesse mesmo momento, não distante deste American Dream, é inaugurado o primeiro canal de televisão da América Latina, a famosa TV Tupi, e o Brasil entra na era dos “50 anos em 5” de Juscelino Kubistchek.

As décadas 50 e 60 são repletas de acontecimentos significativos para o futuro da sociedade mundial, logo, para o Brasil também. Um deles é o impacto de uma instituição responsável por influenciar a produção cultural brasileira: O Instituto de Estudos Brasileiros, o ISEB. Será lembrado a importância desse instituto, evidenciando como a produção acadêmica de intelectuais afetou diretamente na visão sobre o colonialismo e a escravidão no Brasil. Isso faz com que o olhar seja voltado para como um órgão vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, criado em 1955, consegue explicar a falta de auto reflexão racial do futuro curso de Relações Internacionais, inaugurado no Brasil em 1974 na Universidade de Brasília (UnB).

Um grande precursor das ideias “isebianas” foi o filósofo Álvaro Vieira Pinto, que em 1950 tornou-se chefe do departamento de filosofia do instituto e logo depois, em 1962, assumiu a direção executiva. É palpável a relação direta que as ideias difundidas pelo filósofo Vieira Pinto e os intelectuais do ISEB tem com a produção cultural e educação nos anos cinquenta e sessenta. Segundo os isebianos, a cultura era a ferramenta para difusão de uma consciência crítica no Brasil, e com ela a narrativa construída ao longo da história de um país colonizado e influenciado diretamente por seus colonizadores tomaria outro rumo, levando a uma independência de fato tanto política e econômica quanto cultural.

Sendo assim, era necessário um olhar efetivo para a questão cultural do Brasil. Com essa concepção, o instituto foi responsável por difundir conceitos para o debate cultural brasileiro como “autenticidade cultural” versus “cultura alienada” e “colonialismo cultural” versus “nacionalismo”. A importância central que o ISEB traz para questões voltadas à colonização e também ao nacionalismo é louvável. Nessa concepção, é incentivado a olhar para o país sem as lentes viciantes europeias, buscando assim uma brasilidade real, sem idealizações ou invenções (MARTINI, 2009). Com as correntes intelectuais e os pensamentos academicistas do Instituto de Estudos Brasileiros, pouco a pouco foi plantada uma semente no imaginário social brasileiro, que se torna central para a produção crítica e objetiva não somente cultural, mas acadêmica no cenário nacional em relação ao contexto social brasileiro.

O movimento “cinema novo” foi uma das movimentações culturais que tinham influência direta do ISEB, prezando por uma emancipação cultural. Outros movimentos sociais,

como por exemplo Tropicália, seguiam essa mesma lógica. Era necessária a criação da cultura própria e do olhar crítico para o “eu brasileiro”, essa seria uma das formas de desprendimento das relações entre nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas. Esse ideal isebiano era tão difundido e concreto naquela época que estudiosos como Toledo (1978) e Carvalho Franco (1978), criticavam o instituto como não somente reprodutor de ideias, mas fabricantes de ideologias e manifestações. Assim como pesquisadores, tal qual Renato Ortiz, doutorando em sociologia/antropologia e forte influência brasileira na compreensão do debate da problemática cultural no Brasil. Ortiz retrata em sua obra *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* (1985) o importante papel do ISEB para a divulgação de ideias e conceitos essenciais para entender o contexto histórico, político e econômico no Brasil:

Quando, nos artigos de jornais, nas discussões políticas ou acadêmicas, deparamos com conceitos como “cultura alienada”, “colonialismo” ou “autenticidade cultural”, agimos com uma certa naturalidade espantosa, esquecendo-se de que eles foram forjados em um determinado momento histórico, e creio eu, produzidas pela intelligentsia do ISEB. Penso que não seria exagero considerar o ISEB como matriz de um tipo de pensamento que baliza a discussão cultural no Brasil dos anos 60 até hoje (ORTIZ, 1985, p. 46)

Uma das manifestações culturais influenciadas pelo ISEB que mais trazem a ideia de como o colonialismo e a influência desse processo histórico reverberou no imaginário social e na produção cultura/acadêmica é a obra do cineasta baiano Glauber Rocha, em seu manifesto *Uma Estética Social da Fome* (2004). Rocha invoca a ideia do paternalismo europeu em relação a “países de terceiro mundo”, ele evidencia um certo fanatismo europeu em relação ao subdesenvolvimento de países que eles colonizaram e em contraponto, aquele primitivismo que os colonizadores buscam, os colonizados se envergonham:

Nós compreendemos esta fome que o europeu e o brasileiro na maioria não entendem. Para o europeu é um estranho surrealismo tropical. Para o brasileiro é uma vergonha nacional. (ROCHA, 2004, p. 66)

Essa concepção retoma o ponto central dessa pesquisa. A ausência da auto reflexão no campo acadêmico das Relações Internacionais se deve ao fato desse comportamento em que o brasileiro não olha para si por vergonha de si mesmo? O olhar para questões raciais é constantemente voltado para “o outro” e pouco para si. Movimentos impulsionados e influenciados pelo ISEB, nas décadas de 50 e 60, retratam esse olhar deturpado do brasileiro para si e esse olhar idealizador de colonizado para o mundo. Fato esse que não espanta, quando se tem uma dependência econômica e política, encontra-se ali uma dependência cultural (PINTO, 1960). A nacionalidade se perde e a produção intelectual é necessária para desprender concepções colonizadoras.

3 RBPI E CONTEXTO INTERNACIONAL: A QUESTÃO RACIAL NO MEIO ACADÊMICO

É chegada a década de 70 e juntamente com isso, de forma tardia, a disciplina das Relações Internacionais. Surgiu no Brasil, em 1974, o primeiro curso acadêmico na Universidade de Brasília. Nesse contexto e de forma muito embrionária, as Relações Internacionais iam tomando espaço e importância acadêmica no Brasil, ao mesmo tempo, o país estava prestes a viver ao longo de duas décadas uma auto reflexão sócio-política e acadêmica sobre a questão racial, essa que as RI não viveria por seu distanciamento com o contexto nacional e sua recém chegada. (HERZ, 2002)

É evidente que a auto reflexão para o “eu brasileiro” demorou décadas e até hoje encontram-se rupturas profundas de como a questão racial é vista no Brasil. Dito isso, somente em 1990 foi reconhecida pelo governo de forma oficial a existência de uma questão social latente no país e que ela adivinha do preconceito e da discriminação racial. A então “democracia racial” vai deixando aos poucos de ser a narrativa fundadora e única de um país cravado pelas chagas da escravidão. Isso se deve por meio de dois fatores segundo Ângela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2009): pela forte produção acadêmica daquela época, essa respaldada pelo campo das Ciências Sociais, e pelo ativismo negro.

É nesse contexto que a partir da década de 70, sendo mais evidente nos anos 90, a inserção da intelectualidade negra no contexto acadêmico brasileiro. As desigualdades sócio raciais são vistas com maior seriedade e saem do campo de análise que pautava essa questão somente por uma lente socioeconômica (GOMES, 2008). O academicismo negro surge e junto com ele o debate político sobre esse tema no campo acadêmico, nomes como Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento são pioneiros nesse meio e até hoje estão em lugar de destaque, não somente no campo acadêmico brasileiro, mas também no campo do ativismo social. A importância desse momento se deve a inserção significativa e continuada da intelectualidade negra nas universidades, o que acaba mudando sistematicamente o olhar acadêmico sobre a realidade brasileira (GOMES, 2010).

Enquanto as Ciências Sociais entram em um momento de auto reflexão e um olhar crítico para a realidade do Brasil, a então recém inaugurada disciplina de Relações Internacionais encontra-se tal qual o Brasil na época de sua Independência: ludibriada pela produção acadêmica das grandes potências europeias e estadunidenses e sem um olhar crítico e realista para um dos assuntos que estavam em evidência no contexto brasileiro social e

acadêmico. Não somente isso, a disciplina de RI no Brasil foi criada, tal qual a tradição do bacharelismo em Direito no contexto histórico da Independência aqui antes discutido (CARVALHO, 1996), as Relações internacionais surgem principalmente como uma ferramenta estatal para criar profissionais que irão atuar em atividades do Estado, este que ainda encontrava-se em uma lógica de “democracia racial” e conservadorismo, logo os primeiros bacharéis em RI tinham que seguir essa lógica. (LESSA, 2005)

A disciplina de RI no Brasil buscava reproduzir padrões acadêmicos eurocêntricos e estadunidenses para assim terem relevância e “rigor acadêmico”, tal qual esses países hegemônicos nesse meio tinham. O grande problema disso é que assuntos centrais e importantes no contexto brasileiro, como questão racial eram deixados de lado e a construção da identidade da disciplina era fundada em padrões eurocêntricos e estadunidenses estereotipados para uma narrativa que não atendia e muito menos cabia na realidade do Brasil.

Em seu livro *‘Preto no Branco: Raça e Nacionalidade do Pensamento Brasileiro’*, de 1976, Thomas Skidmore apresenta conclusões da temática racial no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o século XX e o quanto as ideias formuladas pela intelectualidade brasileira buscavam imitar modelos estrangeiros. Fato esse que explica uma tendência que ocorre especificamente no campo das Relações Internacionais, em que por muito tempo estudos eram criados em uma espécie de modelo comum baseado nos padrões acadêmicos eurocêntricos, e depois somados aos padrões norte-americanos (SANTOS, 2005).

Explorando melhor a narrativa proferida pelo historiador Thomas Skidmore (1976) em sua obra supracitada, é facilmente possível fazer uma análise crítica dos estudos brasileiros na área das Relações Internacionais em comparativo com os Estados Unidos, isso explica a disparidade de estudos ligados a questões raciais.

O autor, em 1976, observava o avanço de seu país no que se refere ao combate ao racismo, o que para ele não ocorria da mesma forma no território brasileiro. Fato este que demonstra uma certa presunção do historiador, por inferir uma superioridade norte-americana, mas também lança uma reflexão acerca do quanto isso pode ter interferido na produção intelectual brasileira, já que para o mesmo o brasileiro tinha dificuldade de admitir seu preconceito.

Em conversa com a obra *‘Preto no Branco: Raça e Nacionalidade do Pensamento Brasileiro’* (1976), o artigo do Persaud e do Walker, de 2001, afirma que a deficiência de questões raciais continua presente no campo acadêmico, em especial das Relações Internacionais, sendo assim, mesmo Skidmore (1976) admitindo que existe um avanço dos norte-americanos em relação a questões raciais, sua visão racial não é o suficiente para que essa

deficiência pressuposta tenha sido extinguida. Isso coloca uma problemática pertinente dos tempos atuais de que em qualquer lugar do mundo, em especial no Brasil, o domínio da branquitude no pensamento tanto social quanto acadêmico encontra-se ultrapassado, mas ainda não superado, visto que ainda existe um silenciamento da temática racial no campo de estudo das Relações Internacionais (PERSAUD; WALKER, 2001). Fato exemplar é a tímida produção sobre a questão racial no Brasil, o que torna *‘Preto no Branco: Raça e Nacionalidade do Pensamento Brasileiro’* leitura clássica e obrigatória.

Apesar do incessante e louvável esforço das Ciências Sociais em fazer o papel de fomentar o debate acerca das questões raciais, o Brasil ainda vive em uma fantasia rasa de que existe uma democracia racial. O racismo e suas formas de opressão continuam imperando através do sistema político social brasileiro. Isso nos leva a um sistema social e uma disciplina predominantemente branca que se reverbera devido a fatores históricos e contemporâneos que se interligam. Essa problemática coloca panos quentes em relação às violências promovidas pelos atores dominantes, em específico no contexto internacional (KRISHNA, 2001; JONES, 2006).

É importante ressaltar que tratar sobre o excesso de produções brancas e ocidentais em detrimento de produções negras não se resume apenas à intenção de substituir uma pela outra, mas sim abrir espaços para que todas as fontes de conhecimento tenham alcance e importância. Pois de fato, o problema não está restrito à ocidentalidade, visto que geograficamente e politicamente existe uma enorme diferença de poder dentro dos países do ocidente.

Porém, não se deve analisar a disciplina de Relações Internacionais com cegueira e surdez seletiva. Cox (1981) explana que as teorias são utilizadas para um objetivo específico e por agentes que querem se beneficiar das mesmas, mas infelizmente, por conta da sua seletividade, é necessário adicionar um pensamento contemporâneo que se faz entender que utilizar e promover somente teorias opressoras é uma decisão política. Pois a partir do momento que são utilizados e promovidos somente teorias e estudos dominantes na disciplina, naturalmente a escolha é a opressão intelectual e sociopolítica de uma classe marginalizada (HOOKS, 2019).

A partir dessa questão pertinente leva-se a um ponto crucial a ser explorado nesta pesquisa: as produções acadêmicas e as revistas em que elas são publicadas. Aprofundado quantitativamente e qualitativamente no cerne da problemática é lançando a seguinte questão: duas das maiores revistas brasileiras de publicação acadêmica da área de Relações Internacionais evidenciam que a questão racial é um problema que nos cerca até hoje, não somente no contexto social brasileiro, mas também acadêmico?

É curioso notar que a primeira revista acadêmica das Relações Internacionais, criada em 1910, se chamava *Race and Development*, que atualmente é uma das revistas mais respeitadas no meio acadêmico internacionalista, conhecida hoje como *Foreign Affairs*, nome alterado em 1922. O intuito dessa revista era ajudar povos desenvolvidos a concretizar e alavancar os subdesenvolvidos, tirando eles daquele lugar de "depreciação, desumano e primitivo". O curioso desse ponto levantado é que a primeira revista das Relações Internacionais tematizou a raça como um ponto central da disciplina, mesmo que de forma errônea - deixaremos de lado essa problemática nesse momento - e mesmo assim a questão racial foi omitida futuramente, dando crédito ao famoso "primeiro debate teórico" como sendo o ponto central de partida da disciplina. (BELL, 2013)

Argumentos como esse devem ser considerados, já que com a utilização de textos que exploram o estado da arte das Relações Internacionais tanto no Brasil (MIYAMOTO, 1999) como ao redor do mundo (TICKNER; WAEVER, 2009) é evidente que revistas do campo acadêmico continuam silenciando sistematicamente assuntos, teorias e acadêmicos negros.

Para evidenciar essa problemática, foi feita uma pesquisa quantitativa e qualitativa, ao longo de 10 anos de suas publicações (2012-2022) de duas revistas que possuem importância no campo acadêmico das Relações Internacionais no Brasil: a RBPI e a Contexto Internacional. A escolha dessas duas revistas se deve, principalmente, ao peso acadêmico que ambas trazem para a disciplina, mas também outros fatores evidenciam essa seleção.

O primeiro, relacionado a RBPI, se deve ao reconhecimento quase unânime pelos acadêmicos do campo como a revista mais importante de RI, além do seu pioneirismo nas Relações Internacionais e seu alinhamento com a diplomacia Brasileira, sendo ela uma das primeiras revistas a serem fundadas em 1958 e que continua suas publicações até os dias atuais. (CASARÕES, 2018)

O segundo fator relacionado a Contexto Internacional é a criação paralela dessa revista juntamente com o Instituto de Relações Internacionais da PUC-RIO, em 1985, sendo a universidade do Rio de Janeiro conhecida como um dos maiores polos de pesquisa do Brasil (LESSA, 2005). Além disso, a Contexto Internacional é conhecida informalmente entre os academicistas por trazer assuntos que até então são marginalizados nas RI.

Sendo assim, para abordar o temática racial e a problemática das RI no campo acadêmico brasileiro, foi feita a escolha de 5 palavras que abrangem essa questão: racismo, preto/negro, questão racial, escravidão e epistemicídio. Essa escolha se deve a um fator muito basilar: não é possível falar e muito menos problematizar questões de raça sem a utilização ao menos de uma dessas palavras. A partir desse pressuposto foi feito primeiramente uma pesquisa

quantitativa, a fim de descobrir se a utilização dessas palavras era feita de forma expressiva por ambas as revistas.

Tabela 1 – Quantidade de palavras encontradas nas revistas

RBPI		Contexto Internacional	
Palavras	Quantidade	Palavras	Quantidade
NEGRO/PRETO	1	NEGRO/PRETO	365
QUESTÃO RACIAL	18	QUESTÃO RACIAL	239
RACISMO	13	RACISMO	70
ESCRAVIDÃO	1	ESCRAVIDÃO	39
EPISTEMICÍDIO	0	EPISTEMICÍDIO	1
Total	33	Total	714

Fonte: Autoria própria, 2022.

Ao analisar as duas revistas, a princípio observa-se uma discrepância no que se deve à utilização das 5 palavras que ligam a temática racial. Entretanto, é necessário ir mais a fundo para entender as motivações que levam a essa notória e problemática diferença de utilização desses termos. Indo por esse caminho, foi feita uma pesquisa qualitativa acerca dos textos publicados pelas duas revistas nos últimos 10 anos, utilizando o filtro das palavras. O ponto principal da pesquisa qualitativa era tentar compreender se os textos que utilizavam essas palavras tinham a questão racial como temática central ou traziam uma interseccionalidade (COLLINS, 2016) com algum outro tema de cunho social, como por exemplo a transexualidade e o feminismo negro. Nesse sentido é notória a presença de artigos que tratam sobre: a prostituição no Brasil adentrando na transexualidade, a questão de gênero e sobre a colonialidade criticando o eurocentrismo nas RI, sendo que todos eles conversam com a questão racial.

Sendo assim, publicações que tratam sobre a questão racial seriam aquelas em que os artigos abordam a negritude em coparticipação com temáticas que se entrelaçam com essa questão: trazendo o marco teórico do pós colonialismo, da decolonialidade ou por exemplo do feminismo negro. Sendo a questão racial ponto focal ou embasamento/base para a análise de uma determinada situação ou problemática.

Tabela 2 – Quantidade de publicações nas duas revistas

RBPI		Contexto Internacional	
Textos	Quantidade	Textos	Quantidade
Possuem as palavras	10	Possuem as palavras	34
Tratam da questão racial	1	Tratam da questão racial	25
Total de textos publicados	270	Total de textos publicados	280

Fonte: Autoria própria, 2022.

A partir desses dados é possível evidenciar que de todos os textos publicados entre os anos de 2012 e 2022 na revista RBPI somente 3,7% deles possuem ao menos uma das 5 palavras pesquisadas, sendo que apenas 0,3%, que corresponde a um texto, realmente retratam a temática racial. Já na Contexto Internacional o número é um pouco superior, tendo 12,1% dos textos utilizado ao menos uma das 5 palavras, e 8,9% que de fato adentravam na questão racial.

Ao analisar os dados expostos acima é inadmissível uma revista com notoriedade nacional e internacional, como a RBPI, apresentar somente uma publicação que trata sobre a questão racial em um intervalo de 10 anos, sendo esta escrita por um estrangeiro de uma faculdade europeia, adentrando mais na publicação em si essa tinha como objetivo criticar a tradição internacionalista do ocidentalismo dominante no estudo de RI, procurando argumentar que é necessário um meio mais global do que ocidental. É importante ressaltar que a nacionalidade do autor e a universidade em que foi publicada, fato esse que agrava a falta de contribuição acadêmica da revista para uma das maiores questões sociais que influenciam o mundo e principalmente o Brasil. É preciso adentrar no cerne dessa problemática e entender as motivações que levam uma das maiores revistas do Brasil, a RBPI, a apresentar uma gritante precarização de assuntos ligados à questão racial.

A RBPI, ao longo de sua história sempre evidenciou suas aspirações e similaridades com uma das revistas mais famosas do mundo de RI a *Foreign Affairs* (CASARÕES, 2018), que segue uma linha previamente citada e problematizada: racional, “americanista” e presa por um rigor metodológico (TICKNER; WAEVER, 2009). Ou seja, assuntos sociais, e em específico de questão racial, são marginalizados, e a RBPI continua fazendo o mesmo.

É importante ressaltar não somente o alinhamento ideológico e metodológico da RBPI com revistas estadunidenses, mas também entender o surgimento dessa revista. Desde sua fundação em 1958, era possível ver um forte alinhamento da RBPI com a diplomacia brasileira (CASARÕES, 2018). Essa que Abdias Nascimento retrata com notoriedade em seu livro *Quilombismo* (2020), segundo ele “o olho azul do Itamaraty, não vê, não enxerga o negro”. São

incontáveis as agressões proferidas por representantes internacionais a serviço do governo brasileiro em missões internacionais e em pesquisas demográficas levantadas pelo Ministério das Relações Exteriores nas décadas de 60 e 70. Em um breve resumo, o Itamaraty vivia ainda o mito desmoralizado da “democracia racial” e utilizava isso como política externa. (NASCIMENTO, 2020)

É de se esperar que com o passar dos anos a consciência racial tome conta do intelecto acadêmico brasileiro, em específico de revistas com renome, tal qual a RBPI, mas infelizmente isso não ocorre. Fato esse que pode ser visto não somente com a explanação dos dados apresentados anteriormente, mas também em seus editoriais de edições comemorativas. No editorial de 50 anos, publicado em 2007, a carta do editor escrita por Antônio Carlos Lessa (2007), evidencia um saudosismo categórico em relação à história da RBPI e suas contribuições para o meio acadêmico brasileiro. É evidente que há um certo vício em olhar o passado e se prender a uma história que por muitas vezes contribuiu para a legitimação de um Brasil racista, em vez de lançar um olhar para o futuro em busca de um maior alinhamento com questões pertinentes ao Brasil, lugar onde a revista foi fundada.

Ao contrário da RBPI, a Contexto Internacional anda a passos lentos, porém comprometida com a inserção de assuntos ligados à temática racial. Esse comprometimento pode ser visto com a publicação de 25 textos que tratam da questão racial, número esse que representa apenas 8,9% das suas publicações ao longo dos 10 anos. Mesmo que ainda seja um número relativamente baixo, a Contexto Internacional, em contraposição a RBPI, demonstra em seu editorial de edição comemorativa de 30 anos *Towards a global conversation* (2015), um olhar para o futuro, uma integração e comprometimento com o pluralismo metodológico, com a diversidade e com Sul Global.

Mesmo que a Contexto Internacional esteja buscando um alinhamento com uma maior preocupação com temáticas sociais, ainda é perceptível a forte influência que autores estrangeiros possuem acerca desse tema. Isso fica evidente ao analisar os dados abaixo, que expõem a nacionalidade dos autores que escreveram os 25 textos sobre a questão racial.

Tabela 3 – Comparativa entre autores e textos brasileiros e estrangeiros

Contexto Internacional			
Nacionalidade	Quantidade	Universidade	Quantidade
Brasileiros	21	Brasil	24
Estrangeiros	21	Exterior	18

Fonte: Autoria própria, 2022.

Não obstante, por mais que o número de artigos produzidos em universidades brasileiras seja superior aos produzidos em universidades estrangeiras, tanto autores brasileiros quanto artigos produzidos em universidades brasileiras estão em um estágio embrionário para que se tornem referência na produção acadêmica da questão racial. Entretanto, é importante ressaltar que muitos dos artigos publicados na Contexto Internacional são coautorias, por isso é perceptível que o número de autores supera o número de artigos publicados.

Justamente por existirem poucas pesquisas e trabalhos acadêmicos com a temática racial no Brasil, juntamente com um histórico racista da sociedade, esses estudos passam por questões tal qual as ciências humanas passaram, como a sociologia. Essa foi em seu princípio invalidada como ciência e como teoria, sendo também vista como subjetiva e sem possibilidade de estudos concretos. Inclusive foi necessária uma obra especialmente para a consolidação da sociologia como ciência, escrita por Émile Durkheim: *'As Regras do Método Sociológico'*, de 1895.

Dentro do contexto de produções com temáticas raciais no Brasil, uma das obras referência é justamente a de um estrangeiro, Thomas Skidmore em *'Preto no Branco: Raça e Nacionalidade do Pensamento Brasileiro'*, de 1976, uma obra voltada para a área de Ciências Sociais. Pode-se perceber um padrão na academia brasileira em que estrangeiros tornam-se referência em assuntos tão brasileiros.

Isso evidencia a problemática central da pesquisa: a produção acadêmica de RI brasileira, no que se refere a questões raciais, ainda é insuficiente, tanto que para conseguir destrinchar sobre esse assunto e ter embasamento acadêmico foi preciso buscar textos de outras áreas do conhecimento. Essa produção em RI anda a passos curtos, com a ajuda significativa de produções e autores estrangeiros para poder ter sua robustez, o que é problemático, visto que um país como o Brasil, que tem como um dos principais problemas a questão racial, não consegue trazer essa temática para a área acadêmica brasileira.

Com isso, o ponto principal vem à tona: para uma temática de estudo acadêmico ser validada e se tornar pauta importante e presente, produzida em universidades brasileiras, por autores brasileiros, e publicada em revistas brasileiras, é preciso que algum estrangeiro a consolide primeiro?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto ao longo da pesquisa, torna-se evidente que a questão racial se encontra ainda de forma precária no âmbito acadêmico das Relações Internacionais no Brasil. É importante enfatizar que ao longo da pesquisa qualitativa nas revistas RBPI e Contexto

Internacional a temática racial não é vista como um problema acadêmico, mas somente como um problema social. Esse fato pode ser demonstrado através da pouca utilização da palavra epistemicídio, difundida pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, essa que traz à tona a questão central do artigo: não há uma autoanálise brasileira para produção acadêmica em relação a temática racial no âmbito das Relações Internacionais no Brasil. O presente trabalho foi um esforço nesse sentido, em evidenciar que apesar da temática racial estar presente em publicações acadêmicas, ela ainda não é vista academicamente.

Apesar da disciplina ser conhecida categoricamente por ser uma disciplina que possui uma forte auto análise e que muitas vezes acaba esquecendo do mundo exterior, essa ainda é pobre em uma auto análise para questões ligadas à temática racial. Tal fato pode ser visto ao longo da pesquisa exposta no artigo, em que a maioria dos textos de auto análise para a produção acadêmica no Brasil em relação a questões raciais eram da área de Ciências Sociais, estes foram as principais referências utilizadas para produção deste artigo, a fim de obter respaldo teórico e acadêmico. Por mais que alguns textos tratavam sobre a questão racial e suas problemáticas na sociedade, nenhum abordava diretamente a questão racial dentro da academia internacionalista.

Ao analisar este artigo é possível perceber que os autores com mais peso acadêmico e que trazem a problematização da produção acadêmica em relação à temática racial são os Cientistas Sociais. Ficou evidente ao longo da pesquisa que para a consolidação acadêmica de qualquer pauta se faz necessário a validação do tema fora do Brasil, e mais uma vez a temática colonizadora volta a ser uma questão latente, visto que ao longo dos anos o “eu” brasileiro é diretamente influenciado e colocado em segundo plano para que em primeiro o olhar colonizador continue sendo hegemônico politicamente e nas produções de conhecimento ao redor do mundo.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSEN, R. Postcolonialism. *In*: GRIFFITHS, M. (ed.). **International relations theory for the twenty-first century: an introduction**. New York: Routledge, 2007. p. 111–122.
- BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BELL, Duncan. Race and international relations: introduction. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 26, n. 1, p. 1-4, 2013.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. O tempo das ilusões. *In*: CHAUÍ, Marilena; CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. **Ideologia e Mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem e o Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Editorial da UFRJ/Relume Dumará, 1996.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania: tipos e percursos. **Revista Estudos Históricos**, v. 9, n. 18, p. 337-360, 1996
- CASARÕES, Guilherme. The evolution of foreign policy studies: four perspectives. *In*: ADAMS, Berry (ed.). **Routledge handbook of Brazilian politics**. [S. l.]: Routledge, 2018. p. 406-429.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge: Polity, 2016.
- COSTA, Emília Viotti da. **Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil**. Brasil em perspectiva. São Paulo: Difel, 1971.
- COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. Tradução de Luiz João Gaio. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1986.
- DERRIDA, J. **Margens da Filosofia**. Tradução de Joaquim Torres Costa. São Paulo: Editora Papirus, 1991.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Perspectivas do Homem. Série Política, 42).
- FIGUEIREDO, Ângela; GROSFUGUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 223-234, 2009.
- GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, p. 492-516, 2010.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, N. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988b.
- HENDERSON, Errol A. Navigating the Muddy Waters of the Mainstream. **African American Perspectives**, p. 325-363, 2007.
- HENDERSON, Errol A. Hidden in plain sight: racism in international relations theory. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 26, n. 1, p. 71-92, 2013.
- HERZ, Mônica. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. **Contexto internacional**, v. 24, p. 7-40, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

HOOKS, Bell *et al.* **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JATOBÁ, Daniel. Los desarrollos académicos de las Relaciones Internacionales en Brasil: elementos sociológicos, institucionais e epistemológicos. **Relaciones Internacionales**, 2013.

JONES, Branwen Gruffydd. Introduction: international relations, eurocentrism, and imperialism. *In*: JONES, Branwen Gruffydd (ed.). **Decolonizing international relations**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2006. p. 1-22.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

KRISHNA, Sankaran. Race, amnesia, and the education of international relations. **Alternatives**, v. 26, n. 4, p. 401-424, 2001.

LANDER, Edgardo *et al.* (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

LAPLANTINE, Francis. **Aprender antropologia**. Brasiliense, 1988.

LESSA, Antônio Carlos. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. *In*: SARAIVA, J.; CERVO, A. **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: IBRI, 2005. p. 33-50.

LESSA, Antônio Carlos. RBPI: cinquenta anos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, p. 5-6, 2007.

LOOMBA, Ania. **Colonialism/postcolonialism**. Nova Iorque: Routledge, 2005.

MARTINI, RENATO RAMOS. Os intelectuais do ISEB, cultura e educação nos anos cinquenta e sessenta. **Revista Aurora**, v. 3, n. 1, 2009.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Gedisa, 2007.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. **Revista de sociologia e política**, p. 83-98, 1999.

MOULIN, Carolina *et al.* Towards a global conversation. **Contexto Internacional**, v. 37, p. 835-837, 2015.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Editora Perspectiva SA, 2020.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. Brasiliense, 1985.

PERSAUD, Randolph B.; WALKER, Rob BJ. Apertura: Race in international relations. **Alternatives**, v. 26, n. 4, p. 373-376, 2001.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-130.

REIS, Diego dos Santos. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a universidade. **Educação & Sociedade**, v. 43, 2022.

ROCHA, Glauber. **A Eztetyka da Fome in:** Revolução do cinema novo. [s.l.]: Editora Cosac Naify, 2004

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias del Sur.** México: Siglo XXI, 2010.

SANTOS, Norma Breda dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. **História (São Paulo)**, v. 24, p. 11-39, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Paz e Terra, 1976.

TICKNER, Arlene B. Hearing Latin American voices in international relations studies. **International Studies Perspectives**, v. 4, n. 4, p. 325-350, 2003.

TICKNER, Arlene B.; WÆVER, Ole (ed.). **International relations scholarship around the world.** Nova Iorque: Routledge, 2009.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB:** fábrica de ideologias. Editora Ática, 1977